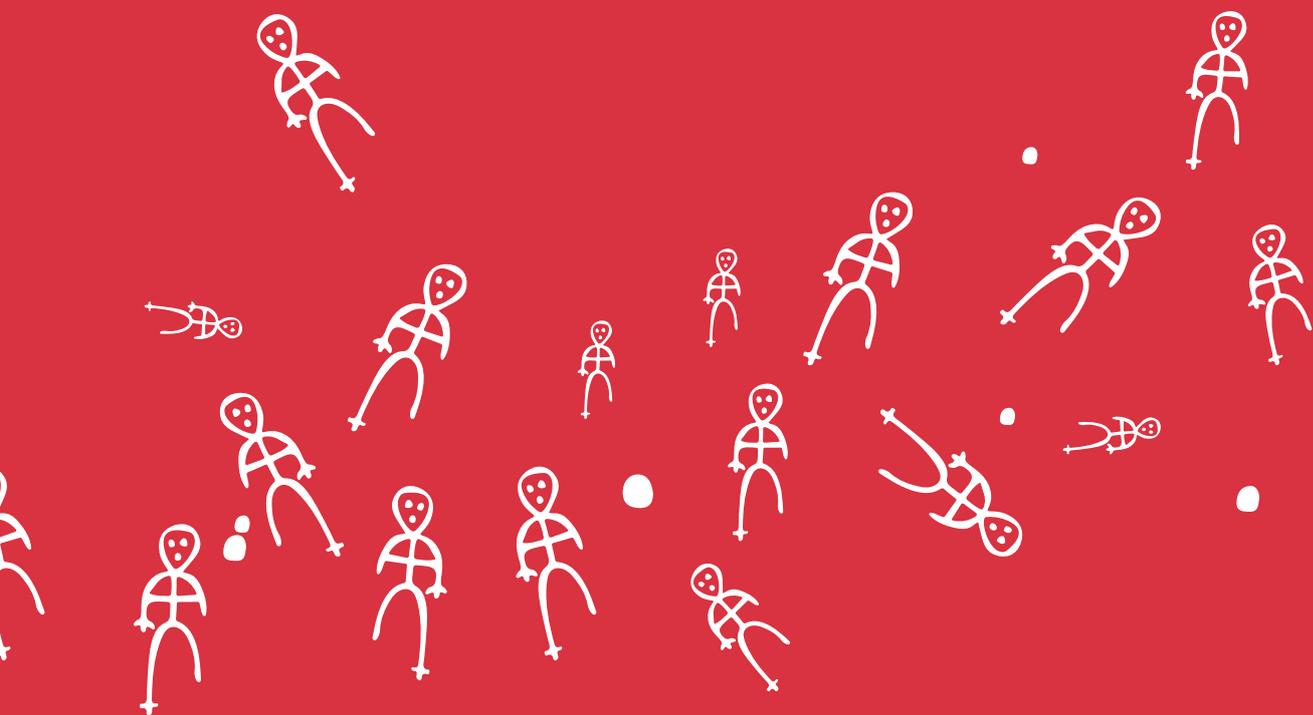




Entrevistas



Entrevista com o coletivo Sycorax, um sabá de mulheres que traduzem

Larissa Fostinone Locoselli

¡DALE!, LEPLE / UNILA.

Penélope Chaves Bruera

PGET / UFSC

Entrevista com o coletivo Sycorax, um sabá de mulheres que traduzem

Resumo

Esta é uma entrevista com três integrantes do Coletivo Sycorax feita por duas integrantes do Laboratório de Tradução da UNILA. Trata-se de uma conversa entre tradutoras sobre a tradução e os feminismos. Autodefinido como um “sabá de mulheres que traduzem”, o Coletivo Sycorax reúne diferentes trajetórias na tradução e no feminismo que têm em comum a concepção da tradução como uma prática política feminista. De acordo com a sua praxis horizontal, discutiram interna e coletivamente as perguntas que enviamos e, então, três integrantes se reuniram conosco para a conversa: Cecília Farias, Leila Izidoro e Juliana Bittencourt. As entrevistadas compartilham de forma generosa importantes experiências e pontos de vista desta que é uma das mais chamativas iniciativas de tradução feminista no Brasil dos últimos anos.

Palavras-chave: tradução; feminismos; Coletivo Sycorax; Laboratório de Tradução da Unila.

Entrevista al colectivo Sycorax, un aquelarre de mujeres que traducen

Resumen

Esta es una entrevista a tres de las integrantes del Colectivo Sycorax realizada por dos integrantes del Laboratorio de Traducción de UNILA. Se trata de una charla entre traductoras sobre la traducción y los feminismos. Autodefinido como un “aquelarre de mujeres que traducen”, el Colectivo Sycorax reúne distintas trayectorias en la traducción y el feminismo que tienen en común la concepción de la traducción como una práctica política feminista. Según su praxis horizontal, discutieron interna y colectivamente las preguntas que les enviamos y, luego, tres integrantes se reunieron con nosotras para la charla: Cecilia Farias, Leila Izidoro y Juliana Bittencourt. Las entrevistadas comparten con generosidad importantes experiencias y perspectivas de la que es una de las iniciativas de traducción feminista más llamativas en el Brasil de los últimos años.

Palabras clave: traducción; feminismos; Colectivo Sycorax; Laboratorio de Traducción de Unila.

Interview with the collective Sycorax, a women’s coven who translate

Abstract

This is an interview with three members of the Sycorax Collective taken by two participants of the UNILA Translation Laboratory. It is a conversation between translators about translation and feminisms. Self-defined as a “women’s coven who translate”, the Sycorax Collective gathers different trajectories in translation and feminism that have in common the conception of translation as a feminist political practice. According to their horizontal praxis, they discussed internally and collectively the questions we sent and then three members met with us for the conversation: Cecilia Farias, Leila Izidoro and Juliana Bittencourt. The interviewees generously share important experiences and views about this project, one of the most attractive feminist translation initiatives in Brazil in the last years.

Keywords: translation; Feminisms; Sycorax collective; UNILA Translation Laboratory.

Enquanto mulheres, feministas, pesquisadoras e integrantes do Laboratório de Tradução da Unila foi para nós uma honra e um grande aprendizado entrevistar o Coletivo Sycorax, uma das iniciativas de tradução feminista mais chamativas no Brasil dos últimos anos. O coletivo se tornou famoso com a tradução de *O Calibã e a bruxa* e *O ponto zero da revolução*, de Silvia Federici, tendo adotado a política de livre acesso às obras. Autodefinido como um “sabá de mulheres que traduzem”, o Coletivo Sycorax reúne diferentes trajetórias na tradução e no feminismo que têm em comum a concepção da tradução como uma prática política feminista. De acordo com a sua práxis horizontal, discutiram interna e coletivamente as perguntas que enviamos e, então, três integrantes se reuniram conosco para a conversa.

Cecília Farias tem formação em Linguística e hoje faz doutorado na FFLCH-USP, estudando o galego enquanto língua minorizada no Estado espanhol. Faz parte do Língua Franca, grupo de divulgação da pesquisa científica em linguística, e do Babel Podcast, podcast sobre diversidade linguística. Foi após um estágio de pesquisa na Espanha que começou a traduzir. Eram poemas antifranquistas, textos de luta que ela sentiu a necessidade de colocar em circulação. Sua atuação no Coletivo Sycorax começou em 2018 e foi coletivamente que aprendeu a traduzir de maneira mais metódica e sistemática.

Leila Giovana Macedo Izidoro é formada em Direito e mestra em Direitos Humanos pela USP, tendo abordado o caso dos catadores de materiais recicláveis na América Latina a partir da teoria marxista, direitos humanos e direitos socioambientais. Foi colaboradora da revista *Geni* entre 2014-2015, no mesmo período em que fez intercâmbio na Universidade da República (UDELAR, Uruguai), onde fez algumas parcerias, como entrevistas sobre aborto seguro no Uruguai, legalização do aborto e projetos de mineração a céu aberto. A tradução entra nesse momento de sua trajetória, como ferramenta de difusão das entrevistas, na revista *Geni*, mas sua militância no feminismo tinha começado em 2011, no Coletivo Dandara, ainda durante a graduação.

Juliana Bittencourt é formada em fotografia no México e atualmente é mestranda em Museologia, tem experiência na conservação-restauração profissional, além de ativista em diversos movimentos sociais da América Latina. Juliana, por sua vez, teve aproximações com a tradução a partir do ativismo: junto à Caravana Climática percorreu diversos territórios -desde o México até o Peru- registrando através da fotografia conflitos relacionados a mudanças climáticas e justiça ambiental. Nesse projeto, que incluía jornalistas independentes, se produziam relatos e entrevistas para mídias independentes, dentre elas a revista *Geni*.

Formam também a base do coletivo, mas não estiveram conosco na conversa, outras quatro integrantes. Cecília Rosas é doutora em Literatura e Cultura Russa pela FFLCH-USP e uma das poucas que trabalha profissionalmente com tradução no grupo. É uma tradutora de russo premiada e prestigiada, tendo lançado diversas traduções pela Editora 34, sendo as mais recentes: *A margem esquerda*, segundo volume dos *Contos de Kolimá*, de Varlam Chalámov (2016) e *A guerra não tem rosto de mulher*, da Prêmio Nobel de Literatura Svetlana Aleksievitch (2016).

Shislene de Oliveira é antropóloga e professora de francês, graduada em Ciências Sociais pela PUC-SP e pós-graduada em Estudos Feministas e de Gênero, no programa *Genre(s), pen-sées de la différence, rapports de sexe*, da Universidade Paris 8 Vincennes-Saint Denis, na França. Também é tradutora do francês e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS - FFLCH-USP) e do Centro de Estudos Periféricos (CEP – Unifesp).

1 Projeto de extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, criado e coordenado por Bruna Macedo de Oliveira, com a coordenação adjunta de Mario Torres Rodríguez. Trata-se de um espaço de formação e prática de tradução colaborativa que tem se voltado à tradução de vozes periféricas e marginalizadas, habitualmente desconsideradas pela academia.

2 As obras encontram-se disponíveis no site do Coletivo: <http://coletivosycorax.org/traducoes/>. Ao longo da entrevista, é abordada essa política de livre acesso.

3 Refere-se à oposição ao governo do ditador General Francisco Franco, um regime totalitário e afinado ao nazifascismo que se perpetrou por cerca de quatro décadas na Espanha, desde o fim da Guerra Civil, em 1939, até o ano de 1975.

Lia Urbini é mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisa sobre a influência do empresariado financeiro nas políticas públicas de educação, tendo estudado a financeirização especialmente no período entre 2002 e 2014. É integrante do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI - CFH/UFSC - Grupo de Pesquisa credenciado pelo CNPq). Lia foi essencial na estruturação do Sycorax, pois foi quem lançou as suas bases. Ela atuava na revista *Geni* desde seu começo e foi quem contactou e conversou com todas as demais mulheres que vieram a se reunir no coletivo. Atualmente, atua na editora Expressão Popular, que está vinculada ao Movimento Sem Terra.

Além deste “núcleo duro”, nossas entrevistadas salientaram que o Coletivo Sycorax conta com muitas participantes. Elas afirmam que foram entendendo e ressignificando a própria ideia de coletivo nas suas práticas, que sempre envolveram diversas parcerias. As integrantes mais constantes do grupo não são as únicas que de fato colaboram na realização e na execução dos projetos, algo fundamental em sua práxis feminista de tradução.

O entendimento do Sycorax enquanto um coletivo feminista está na base de sua formação e fundamenta a sua prática até hoje. Conforme nos conta Giovana: “a primeira coisa que fez a gente se reunir coletivamente foi isso, foi se tocar que, por exemplo, o livro *Calibã e a bruxa* era um livro que dizia respeito a nossa vida, enquanto mulher latino-americana, inclusive tendo em vista como a obra foi recebida por outros movimentos de mulheres na América Latina. A primeira coisa de ter a necessidade de ser o coletivo foi essa, de poder ter um grupo, que a gente pudesse discutir aquele livro e como ele impactava na nossa vida”.

Nesta entrevista, procuramos discutir a articulação entre tradução e feminismo, a relação entre a ação política feminista e a academia, assim como a relação entre feminismo e movimentos sociais, e as implicações que a tradução de línguas coloniais traz na América Latina. Foram quase duas horas de uma conversa instigante e generosa, com a qual aprendemos muito e que acreditamos que pode ressoar nos mais diferentes campos de atuação feminista, inclusive para além da tradução. Que assim seja, boa leitura!



Como vocês pensam atualmente os feminismos, no plural? E a articulação entre o campo acadêmico e os movimentos sociais para a ação política feminista?

J: Eu acho que feminismos no plural, ele vem da nossa própria experiência nos diversos lugares da América Latina ou mesmo com outras línguas minorizadas. E experiências de que esse feminismo vinha de um acúmulo já, de como ele recebia mesmo as discussões feitas, daquilo que chegava desses conhecimentos que são produzidos a partir dessas produções feministas, como era debatido e discutido em diversos lugares. Isso também foi o que nos levou a querer traduzir a Silvia [Federici], não foi pela obra em si, mas por como ela estava sendo recebida na América Latina, e as discussões que estavam sendo feitas a partir do livro, e muitas vezes com a participação dela. Então, era a ideia de buscar essa pluralidade, esse acúmulo, nossa percepção de que não daria para ser um feminismo só. Porque o próprio exercício da tradução coloca isso. Você como tradutora percebe que sua atuação também é ativa no que você faz. Então de certa forma as obras também vão se atualizando e tendo seu próprio circuito e nisso produzindo seu próprio conhecimento.

G: Sobre essa questão de como a gente pensa atualmente os feminismos no plural, eu acho que tem um pouco a ver com os projetos que a gente está desenvolvendo agora, como a antologia latino-americana. Nela a gente pensa estruturar isso, ainda não temos o projeto pronto, mas estamos construindo. A ideia é tentar trazer um pouco desses feminismos, e de movimentos de mulheres que não necessariamente se enxergam assim, mas que estão lutando pela terra, por recursos naturais e tudo mais. A gente também começou traduzindo nesse sentido de ver como o livro [*O Calibã e a bruxa*] estava sendo recebido por esses feminismos plurais e como inclusive a autora estava dialogando com esses feminismos. Agora, sobre a articulação entre o campo acadêmico e os movimentos sociais para a prática política feminista, eu acho que a gente teve sempre muito esse cuidado de falar que a gente não é acadêmica do campo de gênero, porque existem muitas discussões nas que a gente também é iniciante, porque partimos mais da prática dentro da militância, do que de dentro da academia. Até é engraçado, porque isso me lembrou da banca, quando eu entrei no mestrado, um dos professores, quando ficou sabendo que eu formava parte do movimento feminista, me perguntou por que eu não estudaria gênero no mestrado, sendo que o que eu queria estudar era outra coisa. Também tem essa questão, de que, como você é uma militante feminista, você necessariamente tem que estudar isso. Eu acho que é importante, sim, a academia estar ligada aos movimentos feministas, obviamente, mas não é porque nós não temos uma atuação na academia que isso nos impede de estar ligadas.

C: Além disso, eu fiquei pensando nesta coisa dos feminismos no plural e da articulação. Então, é pensar que tem uma demanda, e é uma movimentação que está rolando em parte da academia, de uma inter ou transdisciplinaridade, e aí a discussão sobre certos temas vão ficar cercadas dentro de um departamento. Você não precisa estar dentro de um departamento de estudos de gênero para estudar feminismo ou questões LGBTQIA+. Eu estou vendo uma movimentação sim, ou estou com meus óculos de Poliana vendo tudo bonito, porque é justo o que eu com o meu grupo de estudos tentei fazer, que é essa interdisciplinaridade, de associar várias áreas de conhecimento. Então a gente está lidando com a antropologia e linguística e neurociência, ao mesmo tempo, costurando as coisas. Eu acho que é assim que tem que fazer também para essa parte das questões de gênero. Então eu estou lá, na linguística, tentando fazer coisas com isso também. Por exemplo, tem a parte da linguística descolonial, que vai buscar nas bases de um pensamento de divisão binária de mundo, coisas para discutir língua, mas que ao mesmo tempo eu uso para minha formação individual como feminista e como LGBT. Então acho que é uma articulação no sentido de cruzar departamentos que em algum momento não existiam.



Coletivo Sycorax

G: Eu acho que também tem uma limitação nos nossos feminismos plurais porque a gente é racialmente localizada, socialmente localizada, então também temos essa limitação dentro do coletivo. Como trazer pautas que a gente não necessariamente vive na pele? Isso também é uma coisa importante de pontuar.

J: O que eu queria acrescentar tem a ver com a nossa experiência na tradução. Quando a gente traduziu *Calibã e a bruxa*, a gente organizou um lançamento na Escola Livre Ocupada que era um projeto do Movimento Terra Livre. A Lia Urbini, ela participou da inauguração da escola. Então ela foi convidada para falar justamente da pesquisa dela, sobre a participação do Itaú Unibanco nas políticas públicas para educação. Então a gente conhecia esse projeto, como funcionaria essa escola, esse espaço formativo dentro de uma ocupação de moradia e aí decidimos fazer o lançamento lá. Quando fizemos, convidamos a Debora Maria da Silva, do movimento Mães de Maio, a Monique Prada, da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, e a Regiany Silva, que era do coletivo Nós, mulheres da periferia. Sempre mencionamos isso porque quando fizemos esse debate o que aconteceu foi que após a apresentação da Sílvia [Federici], todas elas foram acolhendo o que a Sílvia apresentou e de alguma forma atualizando dentro da sua própria prática política. Então a Debora Maria mencionou o fato dela ter perdido o filho dela nos crimes de maio de 2006, o quanto ela também se sentia uma bruxa e que ela associava o encarceramento em massa do Estado com a caça às bruxas. Então dentro do que a Sílvia estava apresentando, ela fez essa conexão. A Regiany Silva mencionou como ela vivenciou isso, do ponto de vista de quem estava na periferia naquele momento, quando aconteceram os crimes, e impossibilitada de sair da casa dela. E o quanto essa situação e como a informação chegava levou ela a problematizar isso: a necessidade de fazer um jornalismo que noticiasse da periferia para a periferia. A Monique Prada, por sua vez, também conectou pelo fato dela se sentir como essa parte desses sujeitos. Quem que está na margem? Quem que é matável? Quem que pode morrer? E isso gerou uma situação que para gente foi importante, em que a gente pensou o livro como um exercício de tradução política também. E a Shis [Iaine de Oliveira] estava traduzindo para a Sílvia do português para o inglês. Quando a Shis traduziu o número de mortos, quando a Débora falou que foram 1300 mortes em um mês, a Sílvia não entendeu. Ela falou “não, você deve ter traduzido errado”. Ela ficou assombrada com a possibilidade de que fossem tantas mortes. E aí a Shis falou “não, eu traduzi isso mesmo, esse é o número”. Então tem um pouco um exercício, uma triangulação de traduções que para a gente foi muito interessante. Daí pensamos como realmente não se esgota, o fim não é o livro. Então a gente vai ter que pensar que o nosso trabalho vai estar sempre um pouco para além disso, tentando incorporar essas demandas, sejam essas necessidades que a gente percebe, as lacunas, como a Cecília Farias mencionou; seja quando a gente identifica que os debates vão se transformando conforme a gente vai formando repertórios, conforme a gente vai se apropriando das discussões, até para fazer as críticas que cabem, né, gente? Mas, digamos, é um ponto de partida.

G: E acho que isso tem a ver com nosso conceito de tradução também. Como as convidadas traduziram para a realidade delas o livro, sem ter lido o livro, a ideia de fazer as oficinas para lidar com as realidades das mulheres de outros territórios.

O Coletivo Sycorax nasce em grande medida da experiência anterior na revista Geni, cujas matérias eram sobre gênero e sexualidade. Mas como acontece essa passagem para uma prática de tradução feminista? O olhar de vocês sobre a tradução foi mudando ao longo dessa trajetória?



G: Foi, e as técnicas também. Enquanto a Ju estava falando desse evento, que era a apresentação do livro de 2016, que ainda nem era da edição impressa, eu lembrei da Lia fazendo a tradução simultânea. A gente projetou um *word* na tela e a gente estava passando ao mesmo tempo que a Silvia ia falando. Que é um jeito muito... improvisado de fazer isso. Por exemplo, a gente agora tem usado o *Wordfast* e várias outras ferramentas de tradução que a gente não usava, que não usamos no *Calibã*; começamos a usar no *Reencantando*. Ju, você quer contar como foi a ideia da tradução do *Calibã e a bruxa*, como é que íamos publicar originalmente?

J: Sim, porque tem a ver com essa pergunta de vocês da *Geni*, porque a gente traduzia muitas coisas para a *Geni*. Então esse exercício da tradução já fazia parte das atividades que algumas pessoas desse corpo editorial faziam, mas quando estávamos fazendo a edição sobre Campo, que era a Lia Urbini a editora, dentre as coisas que a gente pensou sobre essa edição, principalmente falar, não do campo, mas da relação do campo com a cidade, trabalhamos muito nessa chave. E pensamos que era uma edição na qual o livro caberia, que o livro fosse traduzido para pensar os processos de espoliação, de expropriação, os processos literais de expropriação da terra. E pensar para além disso também, nesse exercício que a Silvia faz, pensando quais são esses mecanismos que entram em operação nesse movimento de acumulação do capital, de crise capitalista, quais são os mecanismos que funcionam. A gente achou que caberia. Então tivemos uma ideia de traduzir em fascículos na revista, no formato da revista. Mas a gente se deu conta que era um projeto que exigiria muito mais de nós, que precisaríamos levar a tradução do começo ao fim e, como a revista acabou deixando de existir⁴, decidimos nos estruturar como coletivo para concluir, porque de certa forma já tínhamos começado. A Aline Sodré⁵ já tinha feito as primeiras traduções, antes mesmo do coletivo existir, então a gente estruturou o coletivo depois e até por isso o nome, porque já tinha a obra, já existia a tradução, o processo de tradução do *Calibã e a bruxa*, antes do coletivo existir. E depois a gente se entendeu como coletivo no meio do caminho e continuamos até agora. Mudando as nossas práticas e também as nossas compreensões sobre o que seria a tradução, o que seria a tradução feminista.

C: Acho que a parte depois desse processo de abrir caminhos, de se jogar no mundo como coletivo de tradução, com o passar do tempo gente foi entrando em contato, conhecendo pessoas em oficinas e atividades... E aí foi chegando mais gente interessada em participar desse processo. Ao longo de 2020, no primeiro ano de pandemia, a gente traduziu um livro com vinte pessoas, nós somos vinte pessoas vindas de lugares diferentes, tanto territorialmente como de formação e vivência. E também lidar com isso, como pegar vinte pessoas para lidar com o livro?... A gente conheceu muita gente, né? Essa é uma parte muito legal.

G: É, e acho que na pandemia a gente teve que se reunir pela internet e isso também significou, pensando num ponto positivo, a possibilidade de mulheres de outros lugares participarem também.

J: Isso acabou mudando a nossa prática e também como vemos a tradução. Pegando a questão, eu acho que no começo não existia uma reflexão sobre a tradução ou sobre a tradução feminista. Tinha a Cecilia Rosas, claro, que é uma tradutora profissional e faz parte do coletivo e já trabalhava fazendo tradução. Mas essa reflexão, no sentido de ser apropriada por todas, de uma reflexão que coletivamente a gente faz, veio posteriormente quando começamos a pensar sobre isso. É tradução feminista? É tradução coletiva? É tradução feminista e coletiva? E quais debates existem no campo da tradução que a gente sente que dão conta da nossa prática. Foi

⁴ O site da revista segue disponível, sendo possível acessar todas as edições publicadas, de forma livre e gratuita: <https://revistageni.org>.

⁵ Ilustradora, tradutora, formada em Direito.



Coletivo Sycorax

um pouco conhecer, entrar em contato com isso, com a discussão sobre translocalidade, sobre tradução transnacional. Isso vem nesse momento em que a gente se propõe a escrever sobre esse processo de tradução do *Calibã e a bruxa*, que a gente publicou o artigo na *Mutatis Mutandis*⁶. Tentamos pensar sobre as escolhas, sobre as inserções que tivemos. Não só em relação ao texto, mas também em relação aos paratextos. A gente começou a entender o quanto eles foram um recurso que a gente sentiu necessidade de expor. Pensar sobre a capa, pensar sobre as notas de tradução, pensar sobre como nos colocar dentro de uma nota, que chamamos “Nota das tradutoras”, e depois veio a reflexão: “ah, tá, realmente são os paratextos... a gente fez uso deles, realmente é importante”. Então foi uma reflexão posterior, mas que foi fundamental, porque de certa forma foi também apontando pra gente caminhos para o coletivo. Então vemos essa relação entre teoria e prática de uma forma bem orgânica. A gente vai buscar na teoria um pouco de questões que refletem a prática e a nossa prática vai criando, vamos tentando teorizar sobre ela. A Cecília Farias pode falar melhor disso, da “tradução comunizante”, mas foi onde a gente entendeu que essas parcerias, essas relações, estavam apontando para uma outra prática que foi nomeada assim no processo de tradução de *Reencantando o mundo*, como tradução comunizante. Vamos sentindo a necessidade de nomear coisas que estamos vivenciando na nossa prática tradutória.

Justamente... sabemos que vocês consideram a prática tradutória coletiva como um projeto político feminista transnacional, poderiam nos contar um pouco mais sobre a trajetória dessa concepção?

J: Acho que a Cecília pode complementar porque ela esteve mais envolvida no processo de *Reencantando o mundo*, mas, assim, a gente entrou em contato com a Sonia Álvarez e também com a Olga Castro, e a gente conheceu as discussões sobre o que seriam essas perspectivas transnacionais e aí ela conectava com o que a gente entendia como o projeto do feminismo, de ser anticapitalista ou não será, será outra coisa. Nisso sempre tivemos uma relação muito forte com o projeto da Silvia, que é internacionalista, de que a gente tem que pensar como essas redes de solidariedade se estabelecem. Quando a gente conheceu a Silvia, ela estava fazendo uma plataforma onde várias mulheres do mundo inteiro colaboram, compartilhando estudos sobre mulheres e violência⁷. Quando a gente a conheceu, a Silvia já estava vindo de uma articulação, então [transnacional] dentro do projeto do coletivo, pensando que seria um projeto feminista. Transnacional por essa questão de quem vivencia América Latina e percorre... quem vivencia o quanto essas fronteiras são excludentes, artificiais, pontos de exercício da violência. E aí a gente foi pensando mais por esse link da estratégia política, quando elas discutem o feminismo transnacional como estratégia política. E aí teve um vínculo, a gente vinculou um pouco a nossa prática a isso, até que depois no artigo a gente chegou numa forma de nomear isso, que era essa da “tradução comunizante”, que a Cecília pode falar.

G: Antes da Cecília falar da comunizante, tem uma outra discussão que a gente levantou nesse artigo, que também concordo com tudo o que a Ju falou, foi muito importante a gente ter refletido sobre os processos de uma forma teórica. Foi muito interessante e além disso tem

6 Rosas, Cecília; Bittencourt, Juliana; Izidoro, Leila Giovana e Macedo, Shisleni de Oliveira. (2020). Conjurando traduções: a tradução coletiva de *Caliban and the Witch* ao português brasileiro como estratégia feminista transnacional. *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción*, 13(1), p. 117-138.

7 A Plataforma Feminista sobre Violências, conforme menciona a entrevistada, consiste num espaço comum de pesquisa sobre a violência contra as mulheres, as novas formas de acumulação capitalista e resistências. A Plataforma é criação de mulheres que vivem em Nova Iorque e que veem nela a possibilidade de compartilhar saberes e experiências com feministas ao redor do mundo e viabilizar projetos comuns para o fim dessas violências. Está disponível, em inglês e espanhol, na página: <https://feministresearchonviolence.org/>.



a discussão do translocal. Também existia essa discussão de que as fronteiras dos Estados são artificiais e justamente por isso que essas autoras falam da importância do conceito de translocalidade ao invés de transnacionalidade. A gente ficou um pouco nos dois durante o artigo, a gente fala de translocal, transnacional. Também porque foi o primeiro contato que a gente teve com essas teorias, então a gente ainda tem dúvidas sobre elas. O quanto elas podem refletir exatamente o que a gente faz? A gente está tentando se encontrar. Acho que esse artigo foi uma forma da gente tentar se localizar em relação às teorias de tradução. Aí a Cecilia pode falar da comunizante.

C: Nem sei se eu posso falar tanto assim, mas foi todo um processo, um pouco diferente no começo, porque geralmente, nos outros livros, a gente ia fazendo um glossário de termos ao longo da tradução e, nesse caso, a gente já começou a levantar termos desde o início. Então mesmo antes de *fazer* a tradução, já foi feita uma leitura geral. E aí tem uma coisa de tradução comunizante no sentido de que a tradução é uma coisa que se faz em conjunto como um ato de *solidariedade*, já vi esse termo para isso. Então, ao invés de você ficar focando em lógicas de propriedade, sabe? “esse pensamento pertence a alguém”, “esse conhecimento...”, você vai torná-lo comum, e não é sozinho. Não é tipo “eu passo aqui isso pra você”, não, a gente constrói juntas, sabe? Então a gente passa pra português, passa para outra língua juntas, a gente reflete juntas, as escolhas são feitas de forma coletiva, de forma comum. Acho que o comunizante vai nesse sentido. Principalmente isso, de sair dessa lógica de propriedade de via de mão única, sabe? De uma coisa que vai e vem, e não priorizar fidelidade de termos também. Acaba sendo mais a tradução como atividade formativa, que era uma coisa que o coletivo já fazia de antes. Como a gente falou aqui, que não temos uma formação específica, institucional, em questões de gênero e feminismo anticapitalista, mas a gente vai se formando enquanto traduz. A tradução acaba sendo um meio, mais do que um fim.

J: E a gente fez oficinas internas, por exemplo a Cecilia Rosas deu uma oficina pra gente, de tradução. A Lia, por exemplo, falou muito também sobre revisão. Acho que um pouco dos conhecimentos que algumas tinham pontualmente, a partir das experiências profissionais delas, e isso ia sendo compartilhado internamente. Também teve esses movimentos internos.

Voltemos a algo que também pode se relacionar ao comunizante: os eventos e oficinas que vocês organizaram lá na publicação d'O Calibã e a bruxa, com a própria Federici e dialogando com diversos movimentos sociais. Poderiam nos contar um pouco da importância desse contato para a práxis do Coletivo enquanto feminista?

J: Eu acho que temos alguns exemplos a mais pra dar. Por exemplo, eu comentei lá trás como foi o evento. Mas nele estava a Monique Prada. Ela traduziu com a gente o *Ponto zero da revolução*. Em outras atividades a gente convidou a Helena Silvestre para estar com a gente, e a antologia, que é um projeto que a gente tem agora, a gente faz com a Helena. Então tem algumas pessoas de movimentos sociais que a gente chamava pra debater com a gente, também porque elas tinham uma prática de tradução. Isso é super interessante. A Monique Prada traduzia para Mundo Invisível⁸, que é um site onde ela já traduzia vários textos. E a Helena traduzia na revista *Amazonas*⁹ também, precisava traduzir. Então de certa forma as pessoas vão se encontrando dentro do movimento social também pela tradução. É um exemplo de como vão se dando as parcerias, é assim que a gente vai constituindo essas redes depois para os projetos.

⁸ Mundo Invisível é um projeto de mídia livre dedicado à defesa dos direitos e dos interesses das trabalhadoras sexuais cis e transgênero, disponível em: <https://mundoinvisivel.org/>

⁹ Revista feminista e anticapitalista feita por mulheres, disponível em: <https://www.revistaamazonas.com/>



Coletivo Sycorax

C: E é louco observar que também na base da formação, né? A parte das atividades e oficinas, elas não são um segundo passo, elas são o nascimento mesmo, o processo de emergência do coletivo.

G: No *Ponto zero da revolução* inclusive a gente fez as oficinas e, depois, o lançamento.

J: Lembrei também da Luciana Carvalho Fonseca. A gente conheceu em um debate que a gente organizou com a Sílvia Federici, com George Caffentzis, na Fundação Rosa de Luxemburgo, e ela fez toda a tradução simultânea para a Sílvia, ou uma boa parte dela, porque também estava a Maria Teresa Mhereb. Foram pessoas que a gente conheceu em uma atividade organizada pelo coletivo e depois a Luciana soube que tinha a editora Ema Livros e aí ela começou a participar com a gente. Ela é professora da USP, tem grupos de estudo em tradução feminista inclusive. Tem algum link entre pensar essa relação, esse trânsito entre a academia, os movimentos sociais, a prática do coletivo, porque a gente também não acha que está parada em um lugar exatamente.

G: É, basicamente mulheres em movimento que encontram outras mulheres em movimento e fazem um movimento maior (risos). E o legal é que a revista *Amazonas* é bilingue português-espanhol.

Enquanto tradutoras feministas, como vocês pautam a escolha das obras para traduzir?

G: Eu acho que para além das questões de conteúdo político da obra, também tem a questão do projeto editorial original, porque a nossa proposta desde o começo foi publicar as obras de forma aberta. Então, direitos autorais podem impedir que isso aconteça. As obras que a gente traduziu até agora, todas elas foram publicadas com licenças flexibilizadas, licenças do Creative Commons. Isso foi uma coisa importante pra gente. A Ju pode contar melhor como foi esse processo de entrar em contato com a Autonomia, que foi a editora que publicou o *Calibã e a bruxa*; depois com a Traficante de sonhos, que fez a publicação na Espanha. Então também tem a ver com isso, a escolha das obras também tem a ver com outros projetos editoriais, que partem de pressupostos parecidos com o nosso, nesse sentido.

J: Da Autonomia, tem essa questão de a Sílvia colocar a gente em contato, de ser um projeto que publicou com uma licença anti-copyright, que disponibilizou pra gente toda a iconografia do livro. A partir dessa iconografia a gente fez uma pesquisa também, a gente buscou outras imagens e contextualizar melhor também algumas das imagens. Mas, assim, parte de um exercício de primeiro, poder... a gente podia traduzir, ainda que a gente não fizesse uso comercial, que as licenças abertas permitem a gente fazer. A gente também teve que compreender melhor como escolher essas licenças, isso foi um debate que a gente teve também. E acho que isso foi importante do porquê que a gente pode, nem sendo um coletivo ainda, traduzir a obra da Sílvia. As dificuldades que a gente encontrou depois, em outras obras dela que aí, sim, estavam com editoras que detinham os direitos autorais. A gente já tinha tido condições de se estruturar como coletivo para dialogar com outras editoras, que fizeram essa intermediação. E aí eventualmente compraram os direitos autorais, como no caso da Elefante, ou o caso da Ema agora, e o coletivo conseguiu negociar a disponibilização da tradução, entendendo que a tradução tem direitos autorais também, que é considerada uma obra intelectual. E aí a gente libera nossa tradução. Geralmente a editora também é parceira porque compartilha com o projeto gráfico, tenta disponibilizar o pdf de uma forma que seja um acesso à publicação mesmo. Mas acho que a gente teve esse movimento inicial, passou por isso. Foi muito importante que o *Calibã* foi publicado sem copyright também. Depois disso a gente consegue ir se entendendo melhor. Pra além disso, a gente sempre vai traduzir obras que sejam anticapitalistas, que façam



essa discussão que nos interessa. É um ponto de partida. E agora não só feministas, porque agora no projeto da antologia a gente está querendo traduzir mulheres que não necessariamente se identificam com o feminismo, mas fazem parte de algum movimento social. Então, independente dos recortes que a gente possa fazer, eu acho que a gente tem procurado também se conectar com práticas, com pensamentos, diversos sobre a situação das mulheres, ou mesmo os feminismos, mas numa relação que inclusive pode ser conflitiva. A gente está interessada em percorrer alguns caminhos por aí...

Passando a outro tema, como vocês pensam a questão da diversidade linguística na região latino-americana e, em especial, a problemática das línguas de colonização? Acreditam que a tradução feminista pode jogar algum papel específico nesse sentido?

C: Acho que (e isso eu estou elaborando aqui, gente, não é assim uma reflexão anterior) o simples fato da gente lembrar que não existem só línguas europeias sendo faladas no continente já é o primeiro passo pra gente ter um respeito, um mínimo respeito. Agora, por exemplo, na antologia a gente estava lidando... a gente começou ali pela América Central, e aí tem regiões que o espanhol é a língua hegemônica e aí quem quer ser contra hegemônico prefere usar o inglês e aí, às vezes, a gente tem o estereótipo de “ah, falou espanhol, tá lindo, maravilhoso. Vamos correr toda a América Latina”, e não é assim. Assim como falar português não quer dizer que você vai falar com todo habitante de território brasileiro. Tem gente que não fala português, que fala a sua língua originária ainda hoje. Então antes de tudo, é lembrar disso, lembrar dessas especificidades linguísticas locais. Tentar entender. A gente acaba lidando com termos das línguas originárias que estão ali junto, com o espanhol, por exemplo. E aí a gente ir atrás disso, não apagar, não tentar simplesmente traduzir sem apontar da onde vem aquele termo. É o que me vem agora à mente, gente.

G: Eu acho que essa questão está bem colocada agora mesmo pra gente, na antologia. A gente está tentando entender como lidar com ela mesmo. Porque, enfim, como a gente traduziria algo de uma língua que a gente não conhece nada, e que poucas pessoas conhecem? Pra fazer essa tradução. Esse é um problema, como fazer isso acontecer, né?

C: E de lembrar que os povos são muito diferentes. Assim como a gente não pode falar de um indígena brasileiro... tem toda uma discussão, os indigenistas têm discussões sobre isso de que “ai, é índio e aí é tudo igual”, “ai, isso é indígena”. Tá, mas qual? Caingangues ou Tupinambá? Assim como a gente não pode falar “Ah, esses povos andinos são iguais” ou “esses povos da Mesoamérica”, tratar como uma coisa só. Lembrar o tempo todo que... enfim, se desbranquizar, digamos assim, porque a gente também tem uma formação eurocentrada. A gente tem que estar o tempo todo alerta pra lembrar que a gente tem essa formação e que a gente precisa desfazer isso.

J: Eu queria só acrescentar que, por exemplo, na experiência no México, na Escolinha Zapatista, eu entrei em contato com comunidades que o idioma que falavam era o tzotzil, tojolabal e o tzetzal. E um dos processos que foi importante para o zapatismo foi o de valorização das línguas indígenas, inclusive um dicionário de tzetzal para o espanhol. E o quanto as pessoas se orgulhavam de falar as línguas, o quanto isso era diferente em outros contextos, que não em comunidades zapatistas, esse orgulho de falar sua língua. Eu participei de atividades em que não foi traduzido pra mim. Eu lembro de ter perguntado “O que que foi dito?” e aí me falarem “Bom, eu não vou traduzir. Às vezes a gente não traduz também”. Então tem coisas interessantes da nossa experiência, a Cecilia Farias mencionou agora da antologia. Quando a gente entrevistou a Dolene Miller, é esse o caso que ela mencionou, que entre o inglês –que é o



Coletivo Sycorax

creole que os afrodescendentes da Nicarágua falam— ela prefere ao espanhol, por exemplo. É o mesmo quando conversamos com a Lorena Cabnal, da Guatemala: uma avó é maya e a outra avó é xinka, então também tem uma relação com o espanhol que é de conflito, inclusive não traduzindo alguns termos, trazendo a ideia de “rede da vida” que é *tzetzal*. Tem um termo que ela traduz como “rede da vida”, mas procura também não traduzir, trazer as palavras assim, sem tradução. Então a gente está imersa nisso, a gente não tem uma resposta, porque a gente acha que isso é uma grande... é muito importante a gente pensar sobre essa diversidade. Duzentas e setenta e quatro línguas são faladas no Brasil, né? Então a gente tem que pensar nisso de outras formas, considerando as nossas limitações ou tentando ver com uma parte delas o que é possível criar, estabelecer essas relações de aproximação. A gente gostou de pensar a tradução como aproximação. Das muitas reflexões, uma delas foi de aproximação.

G: E muitas notas de rodapé (risos). É interessante pensar que ao contrário de outros países da América Latina, aqui... pensar por exemplo o Paraguai, que está do nosso lado, e guarani é uma língua oficial e aqui não é. Sempre fico curiosa pensando essa questão, eu não sou da Linguística, mas o que a gente faz com as nossas línguas, das nossas regiões? Por exemplo, São Paulo também é um território guarani, e o que a gente sabe sobre isso, né? Acho que é uma reflexão a ser feita, sempre.

Gostaríamos de entender como vocês se sustentam materialmente enquanto coletivo, considerando a quantidade de trabalho envolvido. Vocês têm um site, várias obras publicadas, promovem oficinas, entre outras frentes. Podem nos contar um pouco mais desse aspecto de financiamento das iniciativas do Coletivo?

C: A gente faz isso nas horas vagas (risos). A resposta concisa é essa.

G: A gente não consegue se sustentar só dentro do coletivo, inclusive a gente recebe frequentemente pessoas com ideias de tradução perguntando “Posso ganhar um dinheiro com isso?”. Então a gente sempre está falando “Olha, se você contar com isso pra você sobreviver, não vai acontecer”. E ainda mais porque como a gente traduz coletivamente, a gente divide tudo. Então não teríamos como nos sustentar. Aí inclusive entra a questão que a gente sempre esbarra: de quem traduz profissionalmente colocar que as iniciativas de tradução coletiva são formas de precarização do trabalho, existe essa discussão. Só que como a gente não faz isso para ganhar dinheiro... A gente está fazendo isso como projeto político, a gente tem trabalhos que são o que garantem o sustento. Ou não tem também, porque com esse desemprego, várias de nós estamos desempregadas. Eu agora voltei a trabalhar faz um mês, então... A gente não se sustenta com o coletivo e, dependendo de como está a agenda de cada uma também, nos organizamos.

J: Eu acho só importante dizer que com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, que a gente conheceu nessa atividade na Escola Livre ocupada... eles disseram que tinham interesse em ajudar na publicação. Então eles adquiriram alguns exemplares e com essa aquisição antecipada - porque aí eles distribuiriam em atividades políticas e tal - aí então, com esse valor antecipado, a gente conseguiu fazer essa coedição. As duas primeiras tiragens do *Calibã* foram uma coedição do Coletivo com a Elefante. Isso permitiu a gente fazer um caixa, e esse é o caixa que permite que a gente pague, por exemplo, a manutenção do site. Ou, ao contrário, por exemplo, na atividade que a gente fez com a Débora, com a Regiany, com a Monique, a gente não tinha recurso nenhum. Das outras vezes, a gente tentou usar o caixa também para viabilizar; eventualmente a gente complementava. Hoje a gente pode complementar ou pagar um *flat fee*, uma taxa para uma editora.



C: A gente está terminando de traduzir um livro e a editora que vai lançar pagou os direitos autorais, mas a gente tirou do nosso caixa uma taxa extra para poder disponibilizar o pdf gratuito.

J: Sim, é mais ou menos assim. A gente tem esse caixa, e ele é restrito, mas ele nos permite algumas possibilidades. As vezes de se deslocar para algum lugar, quando era possível. E a gente foi tentando fazer parcerias, então quando temos um cronograma de atividades pronto tentamos viabilizar. Ou quando a gente participa de alguma atividade que é remunerada, por exemplo no Sesc, isso se divide igualmente entre todas; esse dinheiro entra realmente para cada uma, então cada uma chegou a receber alguns valores, mas que são apenas ajuda de custos, se a gente pensar. Porque realmente são muitas pessoas, e esses valores são sempre divididos. Mas a gente valoriza muito nosso caixa, essa ideia de ter um caixa, de recursos que a gente mantém e a gente discute sobre como ir, o que fazer com ele, que destino a gente vai dando. Até pensando de o coletivo seguir tendo cada vez mais autonomia, também. Ou tentar ter uma participação maior nos projetos e de repente chegar nesse ponto que a gente chegou com a Maria Mies, de acrescentar algo para liberar a obra.

G: Tal vez seja importante frisar que a primeira edição impressa do *Calibã e a bruxa* foi uma coedição que a gente fez com a Elefante, não foi só uma tradução. Até porque a gente negociou junto. A gente conheceu a Fundação Rosa Luxemburgo e depois a fundação apresentou a editora para a gente. Então meio que a editora recebeu o livro traduzido e com a iconografia já feita também. Depois já não entramos em coedição porque isso implicaria que a gente investisse um dinheiro grande, para novas impressões. A gente não conseguiu acompanhar o ritmo de uma editora. A gente até pensou em se organizar assim, em uma editora, e as pessoas às vezes acham que a gente é uma editora. Mandam mensagens perguntando se queremos publicar os livros delas. Então tem essa questão: a gente não é uma editora, nem temos a condição financeira de ser. Com a publicação do *Calibã* a gente pensou nisso, mas não conseguiu avançar por conta de várias questões.

No final de 2020, vocês lançaram o podcast Sycorax: Solo Comum que faz uma articulação do trabalho do Coletivo com diversas convidadas. O que motivou a criação desse programa e como foi o processo da sua realização?

C: O livro¹⁰ já estava traduzido e daí a gente viu um edital e falamos “vamos mandar pro edital”. No fim das contas não rolou o edital, mas o que seria um programa a gente desdobrou em uma série, em uma sequência. Uma coisa que foi muito bacana, considerando que em pandemia não poderíamos fazer as oficinas nos moldes que fazíamos antes e que queríamos fazer. O podcast foi uma forma. Existem várias formas possíveis, essa foi uma que acabamos adotando para fazer circular. No fim das contas, o livro ainda nem foi lançado e o podcast já está aí há meses. Bom, e foi um processo de primeiro eleger temas, temas que seriam de realce nessa obra. Então teve: acumulação primitiva, trabalho reprodutivo, financeirização da reprodução e o tema “reencantar o mundo” em si. A gente também ia fazer um episódio sobre “os comuns”, mas daí pensamos que como os comuns perpassa tanto a obra da Silvia, não só no *Reencantando*, que achamos mais interessante desdobrar esse episódio e ir intercalando com esses outros. Tanto que tem uma diferença de formato. Nos que a gente elegeu o tema escolhemos uma pessoa que estuda ou vive aquilo de alguma forma para, num formato de entrevista assim, num formato que não sei denominar muito bem. Aí a gente chamou professoras, gente

¹⁰ Refere-se ao livro *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, de Silvia Federici. Terceiro projeto de tradução do Coletivo Sycorax.



Coletivo Sycorax

que debate teoricamente essas coisas. Mas não só isso, porque também pegamos, por exemplo, a Helena Silvestre no episódio “Reencantar o mundo”. E o percurso dela é outro, ela parte da prática de vida dela pra chegar em construções, em definições. Foi isso, foi muito legal, de ter umas aulas particulares em alguns momentos. Eu fiz o processo de amarração, porque eu já faço podcast em outro espaço, sobre diversidade linguística justamente. Então eu já sabia das ferramentas, e foi tudo software livre, distribuição livre de conteúdo, coisas que não precisa pagar para subir. A gente também articulou outras mulheres para traduzir. Uma das mulheres, a Leticia Pergamini, que também é musicista, elaborou a trilha sonora pra gente. Uma das tradutoras conhecia a Teresa Nardelli, que é uma artista que faz ilustrações, e aí ela fez a capa, a arte dos episódios. E eu fiz a edição dos áudios. A gravação, por exemplo com os temas “Os comuns”, não era nesse formato de entrevista. Até a temporalidade era outra, porque quando a gente pegou aquele quadro, aqueles tópicos, era sempre gravar direto com a pessoa. Para “Os comuns” era mandar a pergunta por áudio, aí respondiam por áudio, mandávamos outra pergunta... e depois iam sendo costurados os áudios. Se você ouve na sequência, percebe que tem um clima diferente. Foi muito legal, porque tinha gente que não conhecia o Coletivo e ouviu o podcast, não porque o Coletivo divulgou, sabe? E a proposta é que seria lançado junto com o livro, mas com esse mundo imprevisível... a pandemia mexeu muito com a organização das editoras, a gente viu que estávamos com aquilo nas mãos e o livro não sairia logo... E a gente falou “Ah, não vamos esperar, não”, e jogamos no mundo. Agora que estou falando em voz alta me ocorreu que tem um paralelo com o *Ponto zero da revolução*, que a gente saiu fazendo as oficinas antes do livro ser lançado¹¹.

Para encerrar, podem nos contar um pouco dos planos para o futuro? O coletivo tem outras obras feministas no horizonte?

G: A gente está traduzindo agora o livro da Maria Mies, *Patriarcado e acumulação em escala mundial: Mulheres na divisão internacional do trabalho*. Foi um projeto de tradução que a gente fez dentro da USP, que na verdade envolveu também oficina. Vamos lançar primeiro o livro, com a Ema Livros, e com a Editora Timo. Esse processo foi importante, primeiro porque é o primeiro livro que traduzimos que não é da Silvia Federici. É um livro que... não é que seja muito antigo, ele traz contribuições importantes, mas ao mesmo tempo ele parece muito localizado na década de 1970, 1980. Por conta da Maria Mies ser uma autora alemã, então muita coisa que ela está falando é sobre a Alemanha Ocidental, porque é logo depois da queda do muro de Berlim... Enfim, a pesar das limitações, até históricas, de onde ela está falando, é um livro que eu considero importante porque fala da divisão internacional do trabalho e tenta fazer um paralelo com a experiência que ela teve na Índia. Pra gente também foi importante por conta do que a Ju falou, pela primeira vez a gente conseguiu negociar um livro que foi publicado originalmente com uma licença fechada, que não iria permitir a gente divulgar livremente. Foi entender melhor como é que funcionam essas negociações de compra de direitos autorais. A gente entrou com isso também porque o projeto de divulgar gratuitamente é nosso. Acho que esse projeto é importante por essas duas questões e porque ele vai sair em breve. Já a antologia é um projeto que a gente quer fazer desde 2016, desde que começamos a nos organizar, porque tem a ver com um dos motivos de ter traduzido o *Calibã*: como que foi recebido pelos movimentos da América Latina. Só que é um projeto que demanda muito esforço, estamos achando que desde o começo de 2019...

¹¹ O podcast *Sycorax: Solo Comum* pode ser acessado em: <https://anchor.fm/coletivo-sycorax>.



J: Na verdade desde o começo do coletivo, mas conseguimos fazer as primeiras reuniões em 2020 e logo veio a pandemia.

G: A gente começou pela América Central e ainda estamos lá. Pra nós está sendo muito interessante pelo que a gente sabia da América Central. A Ju, por ela ter morado no México por bastante tempo, por ela ter sido parte da Caravana Climática, acho que ela entre a gente é a que mais teve contato... Eu fui no ano passado lá, para fazer meu estágio de pesquisa que foi lá, e também tive contato com pessoas e com a história da América Central, a história das revoluções. Mais pouca coisa. E isso fez também com que a gente se interessasse mais por entender o que está acontecendo. Então é isso, estamos no projeto da antologia, que pensamos publicar em fascículos na revista *Amazonas*.